

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coarano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

A defesa natural da sociedade contra a crise

No último dia dez muitos intermediários do mercado financeiro registraram, satisfeitos, o extraordinário sucesso dos fundos de curto prazo, também chamados de fundos ao portador, embora neles também seja possível fazer aplicações nominativas. Naquela data esses fundos haviam acumulado um patrimônio de Cz\$ 1,389 trilhão, o que mostra o grande interesse dos aplicadores por essa modalidade de investimento.

Com uma carteira constituída por títulos públicos, os fundos de curto prazo ajudam a financiar o déficit do governo, mas também representam uma alternativa para aqueles investidores que preferem o anonimato.

Dessa forma, o governo recebe o dinheiro da caixa dois de muitas empresas, os lucros de atividades ilegais ou fraudulentas e os recursos provenientes da chamada economia informal. E tudo isso com flexibilidade, pois é mais fácil entrar e sair de um fundo ao portador do que de uma caderneta de poupança, já que esta modalidade exige identificação e a imobilização dos recursos por 30 dias. No fundo ao portador é possível ganhar com apenas 48 horas de aplicação.

Dirigentes de instituições financeiras que administram esses fundos atribuem o seu grande crescimento nos últimos meses à expansão acelerada da economia informal, isto é, das atividades de produção e venda de bens e serviços sem a correspondente emissão de notas fiscais e o pagamento de impostos federais, estaduais e municipais. É claro que esta é uma prática impossível para as médias e grandes empresas, que são sempre mais visadas pela fiscalização, porém é inegável a existência de milhares de empresas formais e informais que geram empregos e renda sem pagar impostos. Esses negócios não poderiam sobreviver, sobretudo num período de crise como o atual, se seus proprietários fossem obrigados a recolher tributos e a adicionar o seu valor ao preço final pago pelos consumidores.

Numa situação como essa vale o conhecido princípio de que quanto maior for a tributação maior será o incentivo à sonegação, que em muitos casos é a única maneira de viabilizar a empresa. No período 1980/1985, a carga tributária bruta foi da ordem de 24% do PIB, mas os níveis de incidência de impostos sobre produtos industriais são bem mais altos, variando de zero a 90%, com exceção dos cigarros que pagam 365%. No ano passado, a receita do IPI foi de Cz\$ 294,4 trilhões, com um crescimento de 11,1% sobre o ano anterior. O cigarro foi o produto que mais contribuiu para esse aumento, com uma participação de 23,6% na receita.

Na opinião de fontes da área financeira, os atuais índices de desemprego na economia brasileira são incompatíveis com a desaceleração das atividades verificada desde o fim do Plano Cruzado. Se não fosse pela economia informal, a taxa média de desemprego no País seria muito maior que os 3,9% medidos em junho pela Fundação IBGE. Dados de 1985, também do IBGE, revelam que já naquele ano havia 28 milhões de brasileiros no mercado informal, número que equivale a quase a metade da população ativa, de aproximadamente 53 milhões de trabalhadores.

No entanto, como observa o diretor do Instituto de Economia Gastão Vidigal, da Associação Comercial de São Paulo, Marcel Solimeo, "há muitos indícios de que o mercado informal está crescendo com maior velocidade neste ano do que em períodos anteriores". E, para comprovar a vitalidade desse segmento informal, basta dizer que uma pesquisa realizada pelo Dieese, em conjunto com a Fundação Seade, envolvendo um total de 91 mil trabalhadores na Grande São Paulo, entre dezembro de 1987 e maio de 1988, revelou que 65 mil deles não possuíam carteira profissional assinada, isto é, não estavam registrados como manda a lei.

Vale a pena lembrar que este fenômeno da economia informal não é apenas brasileiro. Ele existe em toda a América Latina e até em países desenvolvidos como a Itália e os Estados Unidos, ou seja, praticamente no mundo todo — recentemente os jornais publicaram notícias sobre a importância desse tipo de atividade econômica na própria União Soviética —, pois em qualquer economia uma parte mais ou menos importante dos agentes econômicos sempre se rebela contra a tirania do fisco e das regulamentações. Na Argentina, por exemplo, pelo menos 61% dos trabalhadores participam total ou parcialmente da chamada economia negra ou informal. Um terço da produção industrial do país não costuma ser incluída nos cálculos do PIB, segundo revelaram estudos do Instituto de Estudos Contemporâneos de Buenos Aires, uma entidade privada que atribui o desenvolvimento da economia informal às contradições da política econômica nas últimas décadas.

No Brasil a contribuição da economia informal seria da ordem de 30% do PIB (???). "A informalidade existe cada vez mais e não pode ser ignorada. É resultado da crise econômica, da recessão e da queda dos investimentos, que vão esvaziando o mercado de trabalho a cada curva." Portanto, parece evidente que, além do excelente comportamento das exportações, que este ano poderão proporcionar um superávit da ordem de US\$ 16 bilhões em virtude do bom desempenho dos manufaturados e das commodities agrícolas, é preciso acrescentar a contribuição da economia informal, que cresce com muito mais vitalidade do que o setor formal.

Pode-se argumentar que os indicadores sobre a expansão do setor informal não são confiáveis. Ninguém duvida disso. Só que a precariedade das informações disponíveis deve ser vista apenas como um sinal de que a expressão dessa parte da economia brasileira deve ser muitíssimo maior do que se supõe. E isso acontece tanto nas grandes concentrações urbanas quanto nas regiões pioneiras. Nesses dois pólos do nosso sistema econômico certamente existem atividades produtivas e de serviços ignoradas pelas estatísticas oficiais.

Se não fosse por essa produção e por esses empregos informais, a crise social desta recessão produzida nos laboratórios dos economistas do PMDB teria atingido proporções alarmantes. Por isso, neste momento em que o governo, pela sua

notória incapacidade de cortar gastos, pensa em aumentar novamente os impostos, é importante refletir sobre o que poderá acontecer no Brasil.

Nosso país corre o risco de se transformar, entre outras coisas, no campeão mundial da sonegação e a economia informal, engordada pela pressão do governo sobre as empresas que cumprem a lei, poderá tomar conta de parcelas crescentes dos mercados, ao passo que no setor financeiro aumentará mais ainda o interesse pelas aplicações que dispensam identificação: fundos ao portador, dólar no paralelo, depósitos remunerados no Exterior etc.

Será este o caminho para construir uma grande Nação? Não seria muito mais racional reduzir os gastos do governo, evitar o aumento de impostos, reduzir as regulamentações, estimulando, assim, a "legalização" de grande parte da economia informal?